



O VISUAL VERSUS A REFLEXÃO: APONTAMENTOS SOBRE A PREVALÊNCIA DA IMAGEM EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

José Flôr de Medeiros Júnior¹

RESUMO: A sociedade contemporânea está alicerçada numa cultura visual, em detrimento da participação política cidadã. Vê-se, que a sociedade técnica-visual-imagética, ao se sobrepor ao cidadão, afeta as relações políticas na democracia atingindo a cidadania. A discussão, perpassa, então, se vem a ser possível a prática cidadã na atual sociedade, bem como apresenta reflexões à crise da/na cidadania. O caminho metodológico traçado objetivando a realização deste foi o da pesquisa bibliográfica e documental, enquanto espaço à construção de uma análise a partir do método hermenêutico fazendo uso da interpretação judicial-histórica.

Palavras-chave: Democracia; Cidadania; Participação política; Visibilidade; Invisibilidade

THE VISUAL VERSUS THE REFLECTION: REFERENCES ON THE PREVALENCE OF THE IMAGE IN RELATION TO POLITICAL PARTICIPATION IN CONTEMPORARY SOCIETY

ABSTRACT: Contemporary society is based on a visual culture, to the detriment of citizen political participation. It is seen that the technical-visual-imagistic society, by overcoming the citizen, affects the political relations in the democracy reaching citizenship. The discussion, then, is whether it is possible to practice citizen in the current society, as well as presents reflections to the crisis of / in citizenship. The methodological path designed to accomplish this was the bibliographical and documentary research, as a space for the construction of an analysis from the hermeneutic method making use of judicial-historical interpretation.

Keywords: Democracy; Citizenship; Political participation; Visibility; Invisibility

1. INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem sua construção alicerçada em uma cultura visual em detrimento da cultura fundada na reflexão. Tal afirmação é nosso ponto de partida para procurar discutir o quanto o tecido social atual, ao fundar novas visibilidades e invisibilidades, elabora um ser humano a viver longe do pensar, do refletir, e cada vez mais técnico. Afetando, assim, a cidadania enquanto prática a ser exercida pelo homem, constituído como cidadão.

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário de João Pessoa - UNIPÊ, Nível Mestrado (Início em Março de 2017).



No esteio destes construtos que constituem fundamentos do homem contemporâneo pautaremos nossa reflexão nas linhas a seguir. Ocorre, então, ser necessária a discussão sobre cultura, a midiaticização, por muitas vezes exacerbada, presente à sociedade, o culto do, e ao, progresso técnico, a modificação na concepção do tempo e a ideia de homogeneização por perpassar a cultura política ocidental globalizada.

Ocorre, ainda, a existência de uma distância entre o pensar como cidadão e a prática cidadã dentro dos novos espaços globais em sua relação com direito pátrio. Afinal, não se pode esquecer de ser a cidadania um dos fundamentos do Estado brasileiro, consoante a Carta Magna de 1988. A não observância do papel de cidadão pelo homem, coisificado que foi, e do não exercício da cidadania no mundo contemporâneo, passou a ser um problema crescente para, e nas, as democracias.

Urge, desta forma, a discussão da imprescindibilidade de resgatar o homem do estado de invisibilidade em que está posto na procura de evitar maiores danos, se é que é possível, à cidadania como condição de prática política.

A temática perpassa, então, pelo questionamento: é possível a existência de uma prática cidadã na sociedade técnico-visual-imagética global? O que nos obriga a um segundo questionamento: Em uma sociedade cada vez mais transparente (e aparente), estaríamos diante de um avanço do visual, posto e imposto, sobre a autoridade do cidadão?

Problema que se impõe pela própria força do termo cidadania para o direito e ganha espaço quando vem à tona existência uma crise no exercício político, visto que o jurídico posto está, da cidadania. Percebe-se, neste ponto, o embate a ocorrer no território global, se é que é possível falarmos em território na sociedade globalizada, entre o visual e a reflexão.

Postas estas notas preliminares sobre o tema e o objeto de estudo, lê-se como objetivo geral deste o de analisar a possibilidade de, fortalecendo-se o visual, estarmos diante de um novo autoritarismo, a cultura visual, sobrepondo-se à autoridade presente na reflexão.

Este trabalho encontra-se localizado no diálogo necessário entre o Direito, ciência política, filosofia, cidadania, cultura, sociedade midiática, visibilidade, invisibilidade e sociologia. O caminho metodológico traçado objetivando a realização deste construto foi o da pesquisa bibliográfica e documental enquanto espaço à construção de uma análise a partir do método hermenêutico fazendo uso da interpretação judicial-histórica com a utilização de dados que foram coletados no trabalho de leitura no terreno da literatura especializada. Ou seja, na interlocução entre o Direito, a cidadania, a ética, a estética, a sociologia e a filosofia.



No concernente à relevância teórica-acadêmica o trabalho procura (re) estabelecer novos diálogos de forma a construir caminhos na elaboração de (novas) respostas aos (novos) problemas advindos do tecido social, que estão de décadas a questionar o mundo jurídico. Procurando, assim, estabelecer nova reflexão sobre o tema, desterritorializando-o dos saberes construídos ao longo do tempo no Direito positivo.

Por fim, este trabalho tem como um de seus alicerces o diálogo mediado pela prática cidadã e sua importância para o direito. Percebe-se, assim, ser este o caminho para o restabelecimento à cidadania perdida pelo homem coisificado com o avanço das relações econômicas no interior do capitalismo global e de uma sociedade midiática.

2. O CULTO AO DEUS PROGRESSO, A TECNICIZAÇÃO E O AUTORITARISMO VISUAL: NOVA COISIFICAÇÃO DO HOMEM?

Lê-se em relação ao termo cultura significados antropológicos, sociológicos, históricos e filosóficos. Procuraremos ao longo do texto abordar o termo cultura sem estarmos preso às conceituações existentes, embora necessitemos fazer uso de tais abordagens. Necessário afirmar que em relação à palavra cultura é interessante considerar a exposição de Japiassu e Marcondes quando afirmam ser cultura um “feixe de representações, de símbolos, de imaginário, de atitudes e referências suscetível de irrigar, de modo bastante desigual, mas globalmente, o corpo social.” (JAPIASSU & MARCONDES, 1991, p. 63).

Isto posto, faz-se necessário afirmar o não o abandono, em hipótese alguma, da afirmação de Bosi (1992), de que cultura vem a ser um “conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social.” (BOSI, 1992, p. 16). Entendemos, inclusive, da possibilidade de não adotar nenhuma conceituação ao termo. Mas dentro da atual sociedade, a se considerar pós-moderna, sem ter compreendido a modernidade, preferimos ancorar a palavra dentro de determinadas delimitações para termos espaço à discussão.

Na leitura do texto de Bosi percebe-se as referências várias sobre o conceito de cultura, embora nem sempre se olhe para a etimologia da palavra, de forma a terminar por construções conceituais confusas e distantes de apontar a uma realidade passível de ser definida. No que concerne ao exposto por Japiassu & Marcondes entendemos da ausência de dois elementos essenciais à elaboração de uma visão filosófica sobre cultura. A saber, tempo e espaço. A cultura é projetada, e se projeta, em tempos e espaços diversos, sempre de forma diversa, e uma



conceituação que venha sobre a temática deve trazer isso consigo. O mesmo ocorre, portanto, com a cultura política da participação política.

As construções teóricas expostas tiveram valia no campo teórico-metodológico dentro de uma sociedade onde as novas gerações apreendiam com as gerações anteriores, dentro de uma determinada delimitação espaço-temporal delimitada, demarcada territorialmente. Com o advento de um tecido social onde a informação visual passou a ser mais forte que formação conceitual e, sendo assim, as construções teóricas estão sendo dissolvidas, sem que haja a sua devida compreensão, ante a força da sociedade da informação visual. Antes, como bem expôs Eliade (1996) “instalar-se num território equivale, em última instância a consagrá-lo.” (ELIADE, 1996, p. 36)

Hoje, entretanto, o território da participação política, delineado juridicamente, perdeu espaço no concernente à participação política, restrita a espaços distantes da Ágora, do debate, do embate, da cidadania propriamente dita. Sendo assim, conforma-se uma democracia com participação frágil ante demandas fortes.

O avanço do progresso destronou o espaço de sacralização política construído pelo homem, cedendo à locomotiva social técnico-visual-imagética o direito de escolher por quais trilhos conduzir o trem e seus passageiros, meros passageiros de uma vontade ausente, retirada, a vontade, com a anuência dos mesmos viajantes para, ao invés de escolher por qual paisagem o trem deveria ir, ficarem apenas no mundo visual-imagético-discursivo, a contemplar as paisagens outras a partir de decisões alheias. Nega-se a participação como pensada por Kant, pois reside ausente a autonomia da vontade (Kant, 2013)

Agrava-se a situação com a construção humana do tempo do relógio, consoante o raciocínio de Kujawski (1991) “o industrialismo veio consagrar o trabalho industrial como o padrão absoluto e universal de qualquer trabalho. O símbolo do trabalho industrial é o relógio.” (KUJAWSKI, 1991, p. 46). E, naquele momento, o homem, sem perceber, internalizou uma nova concepção de tempo, a do relógio (THOMPSON, 1998). Ao mesmo tempo, e em tempos diversos, a separação entre o homem e o conhecimento foi lançando suas bases na construção da sociedade, que hoje apenas assiste tudo o que ocorre. Sobre tal situação Arendt (2014) aduz que “se for comprovado o divórcio entre o conhecimento (no sentido moderno de conhecimento técnico (know-how) e o pensamento, então passaríamos a ser, sem dúvida, escravos indefesos.” (ARENDR, 2014, p. 4)

A sociedade industrial construiu, portanto, uma forma de separação do homem em relação ao conhecimento, que perpassava pela concepção do tempo em seu sentido cultural.





O VISUAL VERSUS A REFLEXÃO: APONTAMENTOS SOBRE A PREVALÊNCIA DA IMAGEM EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Não era bastante o relógio, máquina apenas, a marcar a hora. Imperioso foi o homem internalizar uma nova visão sobre o tempo como elemento partícipe de seu cotidiano. Uma mudança cultural, portanto. A sociedade técnico-visual-imagética é hoje a comprovação do alerta/receio de Arendt com o fato de estarmos a viver hoje no interior de um autoritarismo visual a renegar toda e qualquer informação advinda da reflexão.

O ato de pensar passa a ser visto como um ato que corrói o tempo e chegamos a uma equação social onde pensar é perder tempo, enquanto ver é lucrativo. A ânsia pelo conhecimento banal e que, assim sendo, não é conhecimento porque carece da leitura, da reflexão sobre as palavras, do entender de seus vários significados em contextos diversos. É neste caminhar que o progresso avança. Neste sentido é imperioso trazer à tona o questionamento de Habermas (2016) de que

a partir dessa perspectiva, impõe-se a questão de saber se a tecnicização da natureza humana altera a autocompreensão ética da espécie de tal modo que não possamos mais nos compreender como seres vivos eticamente livres e moralmente iguais, orientados por normas e fundamentos. (HABERMAS, 2016, p. 57)

Considerando que a consolidação do capitalismo, enquanto sistema econômico dominante, coisificou o homem o avanço do progresso impôs um processo de perda de referenciais culturais a este mesmo homem que foi, aos poucos, internalizando práticas novas em seu cotidiano sem a devida percepção da transformação em sua natureza de humano. Desta feita, não há como se falar em exercício da cidadania, ausente a liberdade e a autonomia inerentes à participação política.

Se mesmo antes do avanço técnico-científico o desconhecimento ético grassava pelas pradarias humanas o advento da sociedade técnico-visual-imagética apenas destruiu a ilusão de uma moral, de uma ética e, conseqüentemente, de um cidadão capaz de exercer a participação na *Ágora*, enquanto espaço do debate democrático, destruídas que foram as pradarias, as planícies, o habitat do humano. Destronado o homem do espaço social, impõe-se ao mesmo o impedimento de ser homem político, cidadão da *Pólis*. Por este olhar alega Habermas (2016) de que

a destradicionalização dos mundos da vida constitui um aspecto importante da modernização social; ela pode ser entendida como uma adaptação cognitiva a condições de vida objetivas, que são incessantemente revolucionadas em conseqüências da exploração dos avanços científicos e técnicos. (HABERMAS, 2016, p. 37)





Ocorre que estamos a assistir, e a viver, um aprofundamento da modernização técnica, e não social, em relação à vida humana e, no interior destes territórios fundados por um saber técnico distante do conhecimento reflexivo, por uma visão ampliada ao tempo que distanciada do olhar, não consegue o homem sair do estado de menoridade em que escolheu residir.

Afirma Kant (2008) que este (o homem) “é o próprio culpado dessa menoridade se a sua causa não estiver na ausência de entendimento, mas na ausência de decisão e coragem de servir-se de si mesmo sem a direção de outrem.” (KANT, 2008, p. 115) E como bem expõe Dupas (2012) discorrendo sobre o progresso de que “esse avanço só resolve problemas secundários: deslocar-se mais depressa, enxergar mais longe, subir mais alto, mergulhar mais fundo etc.” (DUPAS, 2012, p. 123)

É inegável o avanço técnico posto à disposição do homem da mesma forma que é inegável o quanto este mesmo homem desconhece a capacidade de utilizar tais avanços em seu proveito na condição de ser humano, e não apenas no aspecto técnico. Este mesmo homem, ansioso por novos avanços, parece não perceber que uma das consequências de tal velocidade técnica dissociada do conhecimento foi a produção de lugares não-lugares.

O lugar é algo único, associado ao seu espaço cultural e heterogêneo. Hoje habitamos o não-lugar. O não-lugar esconde as diferenças e homogeneiza os espaços. Não mais existe a diferença, tudo é uniforme como aponta Dupas discutindo sobre o processo de globalização e o progresso. E, por habitarmos o não-lugar, não restou lugar, nem concepção de participação política ao exercício da prática cidadã.

Afirma o autor supra que, hoje, a “mobilidade global uniformiza aeroportos, hotéis, redes de lanchonetes e de magazines e outdoors. O indivíduo exposto e condicionado a essa monótona banalização exclui-se, descuida-se; sente-se pertencendo ao todo, mas não é ele mesmo.” (DUPAS, 2012, p. 136). Tudo se torna ao alcance de todos, não querendo dizer realizável, ao mesmo tempo que tudo é tornado distante, não para todos. A cidadania é global, mas negamos o espaço ao cidadão advindo de outras pradarias. O nominamos de estrangeiro. Assim como fizeram Aristóteles, Coulanges e Bodin.

A padronização da paisagem não deixa que o homem perceba o autoritarismo da cultura política visual contemporânea ao tornar tudo igual aos olhos de pessoas, ditas cidadãs, distintas. Espaços homogêneos depositados à visão de homens diversos que passam a visualizar o mesmo território e, sem capacidade, no sentido de conhecimento, de estabelecer a diferenciação existente, a partir do ato, perdido no tempo e no espaço, da reflexão, do pensar.



O VISUAL VERSUS A REFLEXÃO: APONTAMENTOS SOBRE A PREVALÊNCIA DA IMAGEM EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Por outro ângulo, não se pode negar que os olhares a repousar sobre uma mesma paisagem não estejam a vê-la de forma diversa. Ocorre que não sabem expor pela fala, pela escrita ou até mesmo pelo olhar, tal diferença. Não conseguem externalizar a diferença, quão forte foi a internalização de novos padrões culturais. A opinião da massa sufoca o pensar, o refletir. Vitória do autoritarismo da imagem política em relação à discussão política.

Vê-se na sociedade técnico-visual-imagética ao mesmo tempo que um autoritarismo da imagem um desenfreado falar de palavras. Ocorre que falar não quer dizer nada para além de um ato biológico. As palavras podem sair soltas, desconexas, descontextualizadas do momento em que foram, digamos, associadas a algo. A imagem política será mais forte que o discurso político.

Vive-se, portanto, a espetacularização da paisagem, do não-lugar, da visão homogênea, do não refletir. Estamos em uma sociedade sem nomes que possam diferenciar seus habitantes. Afinal, como questiona James Joyce no romance *Ulisses* “o que existe num nome? É isso que nos perguntamos na infância quando escrevemos o nome que nos disseram ser o nosso.” (JOYCE, *Ulisses*, p. 252) Claro que ao caminhar pela cidade de Dublin, lugar do enredo de *Ulisses*, James Joyce ainda podia levantar questionamentos à medida que caminhava pelas ruas da cidade. Mas como seria construir um romance com base em uma cidade quando as cidades são homogêneas? Seria possível escrever *Ulisses* hoje? Em 1904 Dublin era um lugar. Em 2017 Dublin é um não-lugar.

Neste não-lugar não existe, portanto, espaço à participação política devido a não existir o que discutir, debater, dialogar. Estamos em todos os lugares e não pertencemos, no sentido de cidadão, a lugar nenhum. Não temos a divindade a nos proteger, nem temos divindades que devemos proteger, como bem expôs Coulanges (2009), ao afirmar que é

preciso que não percamos de vista que nos tempos antigos o que constituía o vínculo de toda sociedade era um culto. Do mesmo modo que um altar doméstico tinha agrupados em torno de si os membros de uma família, a cidade era a reunião daqueles que tinham os mesmos deuses protetores e que executavam o ato religioso no mesmo altar. (COULANGES, 2009, p.119)

A situação política, visto que era desta vinculação a origem dos direitos políticos e civis dos cidadãos, hoje é inexistente. Somos cidadãos de todos os lugares, do lugar-nenhum e, portanto, não detemos identidade com nenhum lugar e, onde a identidade/vinculação com o lugar está ausente, o mesmo ocorre com a participação política. Isto ocorre pelo simples fato de não nos sentirmos vinculados aos fatos, políticos, a nos rodear.





Mas voltemos ao nome, ponto da questão posta por Joyce em trecho de *Ulisses*. Hoje tal pergunta teria a mesma resposta? Temos um nome nosso ou o nome posto, e imposto, é alusivo a alguma celebridade (mesmo que instantânea) da sociedade técnico-visual-imagética? Qual o nome do cidadão contemporâneo? Ou melhor posicionando a pergunta em seu lugar devido: qual a identidade do cidadão contemporâneo? A partir da padronização de comportamentos o nome pode, não quer dizer que deva ser diferente, mas será igual para o coisificado ser humano ausente de identidade, lugar e participação política cidadã.

Michel de Certeau em *A Invenção do Cotidiano* já alertava para a diferença entre cidades construídas à luz do capitalismo, onde tudo foi tornado homogêneo, das cidades que detém, em suas ruas, histórias e memórias. Alude o autor de que “diferente neste ponto de Roma, Nova Iorque nunca soube a arte de envelhecer curtindo todos os passados.” (CERTEAU, 2002, p. 169). Ao tempo que concordamos com Certeau faríamos o acréscimo de que os caminhantes hoje em Roma não são romanos, nem de ontem nem de hoje.

São pessoas que estão a consumir Roma como um produto homogêneo da indústria do turismo. Viajam para “conhecer” Roma através das informações postas em mapas e das falas de guias. São pessoas incapazes de fazer a leitura do que foi Roma. Enquanto que o caminhante, das vitrines, de Nova Iorque é consumidor, apenas. São todos caminhantes de um mesmo tempo. São todos não caminhantes, portanto.

Vê-se, portanto, que se existe diferença entre as cidades, esta não existe entre os que por ela, apressadamente, caminham. Uns, apressadamente, caminham pela cidade que nunca dorme, outros, apressadamente, caminham para não perder o próximo ponto turístico a ser, digamos, conhecido. São habitantes do mundo, denominam-se cidadãos globais, mas não conseguem entender que a participação política se esvai a cada caminhar, onde a cidadania não é considerada na condição de valor.

A leitura do avanço de uma cultura política visual sobre uma cultura com fundamento na reflexão, no pensar, pode ser vista em números. LIPOVETSKY e SERROY (2011) apontam que “36% dos adultos acima de quinze anos nunca leem jornais; 38% nunca leem livros, cada vez menos jovens leem mais de um livro por trimestre, e isso mesmo entre os diplomados.” (LIPOVETSKY, Gilles & SERROY, Jean, 2011, p. 102) e de que o “convívio com a arte se assemelha cada vez mais a uma atividade turística.” (LIPOVETSKY, Gilles & SERROY, Jean, 2011, p. 102) como afirmamos linhas acima fazendo referência à Roma. Tal situação se impõe, também, pelo fato apontado por Debord (1997) de que “o espetáculo domina os homens vivos quando a economia já os dominou totalmente.” (DEBORD, 1997, p. 17)





O VISUAL VERSUS A REFLEXÃO: APONTAMENTOS SOBRE A PREVALÊNCIA DA IMAGEM EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

Percebe-se, por este olhar, o quanto estava certo Benjamin (2017) ao afirmar que “a humanidade, que antigamente, com Homero, foi objeto de contemplação para os deuses olímpicos, tornou-se objeto de contemplação para si própria.” (BENJAMIN, 2017, p. 47) O homem contemporâneo refém, prisioneiro de seu próprio labirinto, exerce a utopia de uma liberdade ausente de conhecimento sobre si e sobre a humanidade, mas reforçada na imagem publicada a cada dia dos feitos, nada hercúleos, deste pobre cidadão sem autonomia no sentido kantiano da palavra.

Vive-se, fato inegável, e era da facilidade de acesso à informação por parte do cidadão que não consegue dar sentido/significado às palavras ante algo visualizado. Uma das maiores características da sociedade técnico-visual-imagética é o fácil acesso à informação e a dados. À medida que o acesso à informação cresce de forma geométrica, a participação política do cidadão contemporâneo diminui, também, em proporção geométrica.

O que antes poderia parecer positivo, passa a ser extremamente complicado, pela impossibilidade deste vir a entender os dados que estão à frente do homem contemporâneo. Homem este que, diante da informação posta tem a mesma como verdade absoluta, inquestionável e inquebrantável. Não se dobra para apontar que possui fraquezas no âmbito do conhecimento. Llosa (2013) analisando o que denominou de Civilização do Espetáculo afirmou que

muito consciente das deficiências de minha formação, durante toda a vida procurei suprir esses vazios, estudando, lendo, visitando museus e galerias, indo a bibliotecas, conferências e concertos. Não havia sacrifício algum. Havia, sim, o imenso prazer de ir descobrindo como meu horizonte intelectual se ampliava, pois entender Nietzsche ou Popper, ler Homero, decifrar o Ulisses de Joyce, degustar a poesia de Góngora, Baudelaire, T. S. Eliot, explorar o universo de Goya, Rembrandt, Picasso, Mozart, Mahler, Bartók, Tchekov, O’Neill, Ibsen, Brecht, enriquecia extraordinariamente minha fantasia, meus apetites e minha sensibilidade. (LLOSA, 2013, p. 184)

Alguns pontos merecem maior ênfase no pensamento de Mario Vargas Llosa. O primeiro consiste quando afirma da consciência em suprir a carência em sua formação e o segundo de ainda nutrir fantasias, apetites e sensibilidade.

O cidadão da sociedade técnico-visual-imagética não possui carência, em tese, em sua formação que necessite de uma ida à biblioteca. Esta vai até à mesma por um sistema de busca disponível na rede mundial de computadores. O que dizer, então, de uma petição on-line, hoje possível? Quantas milhares de assinaturas são possíveis de serem recolhidas em minutos? Ocorre que os cidadãos a assinarem esta petição desconhecem o conceito de cidadania, mas acham que, naquele ato, estão sendo cidadãos. O outro ponto reside na ausência de fantasia e



de apetite em uma sociedade de consumo, inclusive no campo cultural, no concernente à política. A ausência destes dois pontos no homem contemporâneo facilita o crescimento da sociedade da imagem sobre uma sociedade que reflita a política.

A sociedade técnico-visual-imagética criou um espaço de invisibilidade para a reflexão, para o pensar. Enquanto que em proporção geométrica aumenta a visibilidade do culto ao Deus Progresso, à imagem, ao consumo, à ausência de reflexão. O reflexo de tal crescimento aparece, como não poderia deixar de ser, no campo político pela ausência de pensar a sociedade por parte de quem dela faz parte: o cidadão.

3. INVISIBILIDADE E VISIBILIDADE: CONSIDERAÇÕES ACERCA DA CRISE DA/NA CIDADANIA NA SOCIEDADE GLOBAL.

A sociedade industrial produziu os trapeiros de Benjamin, a sociedade técnico-visual-imagética os expõe por toda parte. O trapeiro hoje pode ser alguém deslocado, pela força da imagem, de participar da vida social. O pauperismo atingiu a sociedade como um todo e estabeleceu a pauperização virtual. Segundo Benjamin (2015)

os trapeiros começaram a aparecer em grande número nas cidades quando o lixo passou a ter certo valor, devido aos novos processos industriais. Trabalhavam para intermediários e representavam uma espécie de indústria doméstica situada na rua. O trapeiro fascinou sua época. Os olhares dos primeiros investigadores do pauperismo recaíam sobre ele com a pergunta muda: Até onde irão os limites da miséria humana? (BENJAMIN, 2015, p. 21)

A pergunta agora deve ser posta pelo olhar da imagem: até onde irão os limites do autoritarismo da imagem em relação à miséria humana? Afinal, a miséria humana hoje não precisa ser a ausência do que comer, pode ser o ser humano não visto, posto no mundo da invisibilidade política, mesmo com posses.

Pelo que se percebe até o presente, a cultura do progresso, a sociedade técnico-visual-imagética e o exercício da cidadania, como preceituada no texto da Carta Magna de 1988, parecem ser situações inconciliáveis. Antes de refletirmos sobre a ausência de cidadania na sociedade contemporânea, devemos visualizar que estamos a atravessar um momento de transição.

Outro aspecto a ser considerado reside no fato exposto por Habermas (2016) de que



O VISUAL VERSUS A REFLEXÃO: APONTAMENTOS SOBRE A PREVALÊNCIA DA IMAGEM EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

como a crescente liberdade de escolha incentiva a autonomia privada do indivíduo, a ciência e a técnica estiveram até o momento informalmente aliadas ao princípio liberal de que todos os cidadãos devem ter a mesma chance de moldar sua própria vida de maneira autônoma. (HABERMAS, 2016, p. 35)

Com a crescente força da imagem sobre a realidade política e social, a construção de invisibilidades não permite ao homem visualizar a perda de espaço pela política, pelos membros a representar a sociedade e do próprio Estado em meio a uma espetacularização da sociedade. O que, em hipótese alguma, vem ser em desacordo com a crise dos fundamentos da vida humana.

Um outro ponto a carecer de maior reflexão reside no fato de, dentro da sociedade técnico-visual-imagética em que estamos inseridos, ser possível, realmente, falar em crescente liberdade de escolha. O primeiro fator a considerar é o que devemos chamar de liberdade e, em um segundo plano, de liberdade de escolha.

No interior de um tecido social onde a imagem vale mais que a reflexão, situação discutida linhas acima, o exercício da liberdade é algo extremamente limitado devido à ausência de reflexão do próprio cidadão contemporâneo que deixa suas decisões a cargo de terceiros. Necessário irmos a Aristóteles (2003) quando afirma que “o que não consegue viver em sociedade, ou que não necessita de nada porque se basta a si mesmo, não participa do Estado; é um bruto ou uma divindade.” (ARISTÓTELES, 2003, p. 15).

Na sociedade técnico-visual-imagética o espaço à participação na vida política foi diminuído pela presença, cada vez maior, das celebridades produzidas pela sociedade de consumo. A forma instantânea com que surge um representante do povo é na mesma proporção com que é feita uma selfie.

Saímos da gravura para a fotografia, desta para o cinema, e hoje qualquer aparelho telefônico pode ser, graças ao avanço técnico-científico, uma máquina fotográfica onde a imagem de si é projetada para o mundo. A necessidade de ser visto, de se tornar visível, nunca foi tão presente no mundo. A sociedade da imagem se sobrepõe ao conteúdo. Não mais consumimos conteúdo, e sim imagens. Apenas imagens. Sepultamos o debate político, sepultamos a participação política, em nome do nascimento de um novo culto, este instantâneo, sem vinculação política com a cidade, com a cidadania.

A história republicana brasileira, para construirmos um recorte que possibilite melhor análise da ausência de participação política, é repleta de estudos sobre a exclusão da população do sentido de participar do processo eleitoral, de exercer livremente seu direito ao sufrágio



universal. Ocorre que não podemos hoje considerar apenas o processo de exclusão do direito de escolha cidadã.

A cidadania como categoria política não pode ser reduzida somente ao ato de escolha de um candidato que passa, e que possa, a representar a sociedade a partir de determinado período, em determinado espaço. A cidadania requer do homem a participação cotidiana, de forma clara e objetiva, na vida do Estado. E aqui reside mais um fator a ser considerado: é possível a existência de uma prática cidadã na sociedade técnico-visual-imagética global? Entendemos que a resposta a indagação posta deve ser negativa. Parte da resposta está escrita nas linhas anteriores e a segunda parte de porque entendemos ser negativa a resposta vamos procurar construir nas linhas a seguir.

Bauman (2009) expõe que “marcas, logos e grifes são os terrenos da linguagem do reconhecimento. O que se espera que seja e, como regra, deve ser “reconhecido” com a ajuda de grifes e logos é o que foi discutido nos últimos anos sob o nome de identidade.” (Bauman, 2009, p. 21) A sociedade do tempo do agora é uma sociedade que não abre espaço à identidade e isso demonstra, com clareza, a crise da cidadania presente. A prática cidadã somente é exercida onde existe identidade com o espaço ao exercício da cidadania.

A construção de que hoje por ter maior espaço de visibilidade existiria uma prática cidadã é um erro de análise. O espaço construído por celebridades instantâneas, onde milhares podem conhecer a nova celebridade pode, ao mesmo tempo, ser o mesmo número que a ignora na imagem seguinte. Políticos, artistas, jogadores de futebol e profissionais de forma geral são mais vistos hoje, não por serem melhores que os antecessores.

Ocorre que seus antecessores não tinham à disposição a verdadeira máquina midiática das redes sociais, advinda com a rede mundial de computadores. Ao mesmo tempo as celebridades pretéritas discutiam política, se engajavam em campanhas políticas, o que não ocorre com as celebridades instantâneas de hoje, que amanhã não mais existirão.

A cada dia vemos mais imagens que o dia anterior e lemos menos que as semanas que passaram. E neste sentido o cidadão partícipe da vida pública, o homem público, perde espaço no interior de uma sociedade técnico-visual-imagética. A este é dado o direito de escolher ser homem público e desaparecer, ser tornado invisível ao mundo social e político, ou ser celebridade e diminuir a fração de homem público para ser tornado visível para todos. Por este diapasão não existe espaço à cidadania. Ou se é cidadão ou se é celebridade.

A transparente sociedade técnico-visual-imagética demonstra seu lado autoritário construindo uma cultura, cada vez mais rápida, de apagamento de rastros. Devemos considerar,





O VISUAL VERSUS A REFLEXÃO: APONTAMENTOS SOBRE A PREVALÊNCIA DA IMAGEM EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

ainda, que “se eu puder perguntar à rede diretamente, não quero nenhum mediador” (BAUMAN, 2016, p. 82). Tal fato demonstra que o acesso, quase ilimitado, ao mundo virtual permite que através de redes sociais ou de portais oficiais (da transparência, por exemplo) o habitante da sociedade técnico-visual-imagética faça a postagem de sua pergunta ou opinião sem necessariamente precisar do homem público. O que pode parecer bom, não é. A uso do mundo virtual para questões de ordem pública tem diminuído a participação cidadã na vida pública.

Rawls (2016) afirma ser imperioso olharmos que “o sistema político, que presumo ser alguma forma de democracia constitucional, não seria um procedimento justo se não incluísse as liberdades.” (RAWLS, 2016, p.242) o que, dentro da ausente participação política se torna quase impossível. A sociedade da imagem é autoritária, não democrática, embora resida dentro de um tecido democrático.

Sendo assim, os cidadãos, no exercício de suas liberdades, devem perceber que todos “os indivíduos têm liberdade para fazer alguma coisa quando estão livres de certas restrições, quer para fazê-la, quer para não fazê-la, e quando o ato de fazê-la ou não fazê-la está protegido contra a interferência de outras pessoas.” (RAWLS, 2016, p. 248). Para Rawls a autonomia é um valor político, não ético. E neste sentido expõe que a mesma

se realiza na vida pública pela afirmação dos princípios políticos de justiça e graças à proteção proporcionada pelos direitos e liberdades fundamentais; também se realiza pela participação nos assuntos públicos da sociedade e pelo compartilhamento de sua autodeterminação coletiva ao longo do tempo. (RAWLS, 2011, pp. 92-93)

E por este caminho está nos apresentando o Princípio da Participação onde “a extensão do princípio da participação é definida como a medida em que o procedimento da regra (pura) da maioria é limitado pelos mecanismos próprios do constitucionalismo.” (RAWLS, 2016, pp. 282-83) de forma que a maneira de participar, embora seja uma obrigação do cidadão livre, deve ser limitada para que não haja conflitos entre as várias liberdades com as de um outro cidadão, livre e igual, e que teria sua liberdade afetada pelo exercício da liberdade do outro.

Para que isto fique ainda mais claro, Rawls afirma que o “Estado não pode favorecer nenhuma religião específica e nenhuma penalidade ou incapacitação legal pode estar vinculada a uma dada afiliação religiosa ou ausência dela.” (RAWLS, 2016, pp. 260-260) sendo este o caminho para que as liberdades religiosas individuais sejam preservadas ao tempo que assim agindo o Estado “preserva a liberdade moral e religiosa.” (RAWLS, 2016, 261)





Ao discutir a liberdade política Rawls reforça a importância do princípio da participação quando nos ensina que “o valor da liberdade política, a constituição deve tomar providências para reforçar o valor dos direitos iguais de participação para todos os membros da sociedade.” (RAWLS, 2016, p. 277) e a participação dos membros cidadãos é constante como obrigação para que todos possam constituir melhores padrões de justiça em uma sociedade democrática.

Lê-se, portanto, do conflito presente entre a sociedade autoritária da imagem e a necessidade de reconstruir a democracia, carente, neste momento da participação política do cidadão. A ausência da participação política coloca em questão a própria democracia diante da presença de dois reféns à sociedade imagética-discursiva: o cidadão e o Estado.

E neste sentido aduz Bauman (2009), que o “aqui e agora, a impressão toma o lugar da opinião. Em outras palavras, ela se torna algo que é recebido, mas não retrabalhado, pois não há tempo; e ela não é organizada, porque não há como fazê-lo.” (BAUMAN, 2009, p. 84). No jogo político, ou na análise jurídica, a impressão tem mais força no interior da sociedade técnico-visual-imagética.

Aparece, então, a descartabilidade do especialista. Não mais necessário faz-se que o mesmo venha a ser ouvido sobre, pois, a imagem, mesmo que vista por poucos segundos, carrega a impressão e (con) forma a opinião popular a partir da impressão passada. Mais força terá se vier acompanhada da opinião de um desconhecido artista que, repentinamente, foi alçado à condição de celebridade.

Debray (1994) fazia menção, de forma explícita, ao conjunto de modificações que a esfera pública estava sofrendo. Em sua obra *O Estado Sedutor: as revoluções midiológicas do poder*, o autor, que não analisou o mundo das redes sociais por não conhecer sua existência alegava de que “com o vídeo, a atualidade tornou-se cotidiana.” (DEBRAY, 1994, p. 31) e mais adiante afirma que

os termos Estado, República, Democracia, Povo não mudaram, mas as coisas sofreram uma mutação sob o invólucro. O molde do civismo quebrou-se com as máquinas de imprimir; aliás, a primeira ruptura já tem século e meio. Eis-nos na civilização indicial. Esta não só modificou nosso modo de acesso ao real: construiu um real diferente da sociedade simbólica que a tinha precedido. Como o que era real deixou de o ser, o mesmo acontece com o que era crível. (DEBRAY, 1994, p. 31)

Percebe-se a clareza do pensamento em um período distante da sociedade técnica-visual-imagética que estamos a viver. E para demarcar a crise de prática cidadã que estamos a viver interessante o outro ponto posto por Debray ao expor que “uma passeata com 50 pessoas





O VISUAL VERSUS A REFLEXÃO: APONTAMENTOS SOBRE A PREVALÊNCIA DA IMAGEM EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

não é um acontecimento. Uma câmera T.F.1 encontrava-se no local e, durante um minuto, são mostradas imagens no jornal das 20h: vira um acontecimento.” (DEBRAY, 1994, p. 157).

Transpondo-se o exemplo do Debray para o mundo atual, teremos que uma pessoa, não uma passeata, com acesso à rede mundial de computadores, e que saiba trabalhar com redes sociais, pode promover mais do que um acontecimento. Ela pode elaborar uma petição digital e, em menos de um minuto, tempo do Debray, irá correr o país pelo Facebook, Twitter, Instagram e grupos de Whatsapp. Ou seja, milhares irão assinar a petição elaborada sem discutir o conteúdo e a modificação que, em tese, seria democrática foi construída por uma pessoa. Isso é possível? Não somente é possível como é realizado todos os dias pelo mundo. Em uma sociedade cada vez mais transparente, e aparente, nos coloca diante de um avanço do visual, posto e imposto, sobre a autoridade do cidadão?

Com a consolidação de uma sociedade técnico-visual-imagética a autoridade do cidadão foi perdendo espaço ao autoritarismo da imagem, e retirando a decisão do âmbito da Ágora para um ser privado de escolhas por vontade própria. A sociedade contemporânea tem por fundamento a cultura centrada no indivíduo, no individualismo, diferentemente de uma cultura centrada no Outro, no existir em sociedade. Tal situação cria a “impossibilidade de conviver com a diferença.” (PINHEIRO, 1998, p. 17). Pelo simples fato de que “raramente tenta-se inverter o olhar e entender a irracionalidade do olhar que exclui, tortura, mata.” (PINHEIRO, 1998, p. 17).

O autoritarismo da sociedade técnico-visual-imagética tem espaço no mundo contemporâneo pelo isolamento repleto de pessoas a conviver em uma sociabilidade baseada no avanço técnico-científico. Tal situação possibilita a todos conversarem entre si sem que o olhar desnude o olhar do Outro porque o Outro não se faz presente, no sentido físico do termo.

A derrota do cidadão perante o indivíduo são cores de uma pintura a retratar a vitória da imagem sobre o conteúdo, do virtual sobre a realidade, transmutado em um novo real que determina, de forma impositiva, comportamentos sociais a afastar da vida pública o homem que sonhou ser cidadão. A demolição da Ágora que é, agora vivida na praça do teclado que a tudo permite escrever sem nenhuma conexão com o interesse comum, com o bem comum. O debate foi substituído pela tecla delete e assim se apaga a opinião contrária.

Construímos, assim, uma cidadania light na expressão de Lipovetsky (2016) ao alegar que “a revolução da leveza não apenas transformou de cima a baixo o mundo dos objetos do consumo da vida privada. Ela conseguiu transformar o funcionamento da democracia e da vida pública.” (LIPOVETSKY, 2016, p. 265).





E ao fazer referência à obra de Debray, *O Estado Sedutor*, discutida por nós nesta mesma construção textual, apresenta ao leitor o fato de estarmos a ver, e viver, “simplesmente o reino da política sem gravidade, esvaziado do peso das grandes figuras heroicas, dos grandes símbolos e das grandes cenografias.” (LIPOVETSKY, 2016, p. 266) E ainda que

paralelamente, as cadeias de televisão propõem programas de variedades em que se misturam divertimento e política, recreação e seriedade, homens políticos e cantores, líderes e humoristas. As histórias de alcova, os altos e baixos da vida privada dos dirigentes exibem-se à luz do dia nas mídias, criando uma celebração da cena política. Nos encontros televisivos, a descontração ao vivo dissolve o cerimonial, as “pequenas frases” substituem a argumentação, a imagem prima sobre as ideias, o desempenho ou a exposição é o elemento mais observado e comentado. A civilização da leveza trabalha em uma espécie de dessubstancialização da imagem do político. (LIPOVETSKY, 2016, p. 267)

As frases curtas a qual o autor faz referência encontram espaço no mundo da sociedade técnico-visual-imagética por se tratar de fácil consumo em meio a um tecido social sem capacidade de refletir sobre si, sobre o Outro e sobre a sociedade como um todo. O desaparecimento do político como o homem do debate, do diálogo e do embate é fruto de uma sociedade que conseguiu inverter a lógica ao impor a ausência do debate como fundamento da *Ágora* virtual. Ao tempo que os representantes desta mesma sociedade aceitaram as regras do jogo e preferem uma visibilidade instantânea a temeridade do ostracismo contemporâneo, a invisibilidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término do presente construto teórico percebe-se a impossibilidade de tratar a sociedade técnico-visual-imagética sem uma conexão com a perda do espaço público por parte do cidadão. Impõe-se a recuperação da visibilidade do homem, do cidadão e do espaço público. Entendemos que tal fato somente pode ocorrer com o retorno à reflexão e a construção de um novo espaço público aberto ao pensar como ato cidadão.

O debate estabelecido ao longo destas linhas procurou demonstrar que a invisibilidade do homem, no caso o cidadão, dentro do tecido social é óbice ao desenvolvimento da cidadania, bem como da construção de um ser humano capaz de pensar por si e no bem-estar do tecido social em que se encontra inserido.

Percebe-se que o avanço técnico-científico é algo para o qual não existe retorno, nem assim o desejamos. Entretanto, se faz necessário estabelecer parâmetros para o exercício da





O VISUAL VERSUS A REFLEXÃO: APONTAMENTOS SOBRE A PREVALÊNCIA DA IMAGEM EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

imagem em relação ao conteúdo de forma que esta não anule a produção do conhecimento. Tal fato é imperioso até para que o avanço técnico-científico continue a existir. Se continuarmos com o autoritarismo da imagem sobre o conteúdo poderemos chegar ao momento onde somente nos restará o autoritarismo. Pois até a imagem precisa de conhecimento para ser produzida.

Procurou-se demonstrar na discussão aqui realizada a necessidade de resgatar o homem de seu terreno isolado e invisível para ser partícipe, como cidadão, da construção de seu próprio espaço político, social e cultural.

Por fim, demonstrou-se que a perda de espaços por parte do homem público na sociedade técnica-visual-imagética é, paradoxalmente, um ato de sobrevivência deste mesmo homem diante do dilema entre ser visível para todos ou ser tornado invisível para a totalidade. Abandonou-se o argumento pela imagem caricata do líder político a repetir frases produzidas que irão atender a uma sociedade de consumo.

Como desafio fica, ao jusfilósofo contemporâneo, o ato de refundar a *Ágora*, de recuperar o debate, o embate, o diálogo. De estabelecer espaços de conversação entre os seres humanos entre uma selfie e outra, de refundar o processo de socialização na busca de recuperar a liberdade perdida em uma sociedade técnica-visual-imagética onde todos, de forma indistinta, sabem o que o outro fez, está fazendo ou pode fazer. A sociedade do não-lugar afirma o lugar em que cada um de nós está neste exato momento.

Ou escolhemos romper com o autoritarismo da imagem ou seremos apenas uma cor, um pouco desbotada, na tela pintada a retratar a atual sociedade. Precisamos voltar a refletir, a pensar. Que se abram os livros. Precisamos retornar aos clássicos.



5. REFERÊNCIAS

ARENDET, Hannah. **A condição humana**. 12. ed. rev. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2014.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo, Martin Claret, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **A arte da vida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

_____. **A cultura no mundo líquido moderno**. Rio de Janeiro, Zahar, 2013.

_____. **Comunidade; a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

Bauman, Zygmunt & MAURO, Ezio. **Babel: entre a incerteza e a esperança**. Rio de Janeiro, Zahar, 2016.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo, Companhia das Letras, 1992.

BENJAMIN, Walter. **Baudelaire e a modernidade**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2015.

_____. **Estética e sociologia da arte**. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2017.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 8ª Ed. Petrópolis, Ed. Vozes, 1994.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de roma**. 4ª Ed. São Paulo, Edipro, 2009.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo: comentários sobre a sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, Editora Contraponto, 1997.

DEBRAY, Régis. **O estado sedutor: as revoluções midiológicas do poder**. Petrópolis, Vozes, 1994.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso ou progresso como ideologia**. 2ª Ed. São Paulo, Unesp, 2012.

_____. **Desafios da sociedade contemporânea**. São Paulo, Unesp, 2014.

ECO, Umberto. **Cinco escritos morais**. 9ª Ed. Rio de Janeiro, Record, 2014.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo, Martins Fontes, 1996.



**O VISUAL VERSUS A REFLEXÃO: APONTAMENTOS SOBRE A PREVALÊNCIA DA
IMAGEM EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA SOCIEDADE
CONTEMPORÂNEA**

HABERMAS, Jürgen. **O ocidente dividido**. São Paulo, Unesp, 2016.

_____. **O futuro da natureza humana**. São Paulo, Martins Fontes, 2016.

JOYCE, James. **Ulisses**. Rio de Janeiro, Objetiva, 2007.

KANT, Immanuel. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. São Paulo, Martin Claret, 2008.

LIPOVETSKY, Gilles & JUVIN, Hervé. **A globalização ocidental: controvérsia sobre a cultura planetária**. Barueri – SP, Manole, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles & SERROY, Jean. **A cultura-mundo: resposta a uma sociedade desorientada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

_____. **A estetização do mundo: viver na era do capitalismo artista**. São Paulo, Companhia das Letras, 2015.

LIPOVETSKY, Gilles. **A felicidade paradoxal**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.

_____. **Da leveza: rumo a uma civilização sem peso**. Barueri – SP, Amarelis, 2016.

LLOSA, Mário Vargas. **A civilização do espetáculo: uma radiografia do nosso tempo e da nossa cultura**. Rio de Janeiro, Editora Objetiva, 2013.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Prefácio** in HARDMAN, Francisco Foot (Org.). **Morte e progresso: cultura brasileira como apagamento de rastros**. São Paulo, Unesp, 1998.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. São Paulo, Martins Fontes, 2016.

_____. **O liberalismo político**. São Paulo, Martins Fontes, 2011.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.